



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

LEI Nº. 3.211/2026, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE
INCENTIVO À AQUISIÇÃO DE BRITA
PARA MELHORIAS EM PROPRIEDADES
RURAIIS NO MUNICÍPIO DE COTIPORÃ E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ CARLOS BREDÁ, Prefeito Municipal de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Cotiporã, o Programa Municipal de Incentivo à Aquisição de Brita para Melhorias em Propriedades Rurais, doravante denominado Programa.

Art. 2º O Programa tem por objetivo apoiar o produtor rural, por meio da concessão de auxílio financeiro para a aquisição de brita, visando a melhoria da infraestrutura e acessos em propriedades rurais.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se unidade familiar o conjunto de pessoas que exploram a mesma propriedade rural, ainda que em regime de parceria ou condomínio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

CAPÍTULO II

DO BENEFÍCIO E SEUS REQUISITOS

Art. 4º O auxílio financeiro concedido por meio do Programa será limitado ao equivalente a 5 (cinco) metros cúbicos de brita por unidade familiar, por ano.

§ 1º O auxílio financeiro de que trata o caput será pago diretamente ao produtor rural beneficiário.

§ 2º A concessão do auxílio financeiro fica condicionada à apresentação de nota fiscal de compra de brita, emitida por comércio estabelecido no Município de Cotiporã.

§ 3º O valor do auxílio financeiro corresponderá ao custo da brita comprovado na nota fiscal, limitado ao equivalente a 5 (cinco) metros cúbicos, ou a 6,75 Toneladas. Caso a nota fiscal apresente volume ou valor superior ao limite estabelecido, o excedente será de responsabilidade do beneficiário.

§ 4º O Poder Executivo Municipal definirá, por meio de decreto, o valor de referência do metro cúbico de brita para fins de cálculo do auxílio financeiro.

Art. 5º Para fazer jus ao benefício, o produtor rural deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser produtor rural com propriedade localizada e em exploração no Município de Cotiporã;

II - Estar em dia com suas obrigações fiscais e tributárias junto à Fazenda Municipal, comprovado por certidão ou declaração de regularidade fiscal;

III - Apresentar os documentos exigidos para cadastro e requerimento administrativo, conforme regulamentação.

CAPÍTULO III

DA IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLE

Art. 6º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, será o responsável pela gestão, execução e fiscalização do Programa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

Art. 7º Para acesso ao benefício, o produtor rural deverá realizar cadastro e apresentar requerimento administrativo junto ao órgão municipal competente.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

- I - Documento de identificação do produtor rural;
- II - Comprovação da exploração da propriedade rural no Município de Cotiporã;
- III - Comprovação de residência, posse ou exploração da propriedade rural;
- IV - Nota fiscal de compra da brita, nos termos do § 2º do Art. 4º desta Lei;

Art. 8º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por decreto, os critérios operacionais do Programa, incluindo, mas não se limitando a:

- I - Critérios de priorização para a concessão do benefício;
- II - Formas de comprovação do volume (m³) de brita na nota fiscal;
- III - Procedimentos de fiscalização e acompanhamento da aplicação do benefício.

Art. 9º Fica vedada a concessão do benefício em caso de fraude ou apresentação de declaração falsa por parte do requerente.

§ 1º O beneficiário que incorrer em fraude ou apresentar declaração falsa estará sujeito à restituição integral dos valores recebidos, devidamente corrigidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas.

§ 2º A constatação de fraude ou declaração falsa implicará na suspensão do direito ao benefício por período a ser definido em regulamento, e na comunicação aos órgãos de controle competentes.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE COTIPORÃ
A Joia da Serra Gaúcha!

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotiporã, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.


JOSÉ CARLOS BREDÁ

Prefeito de Cotiporã

Registre-se e Publique-se
Data Supra


Elisandra Scussel

Secretária Municipal de Administração

Certifico que este original de (a)
--- *Lei* ---
foi publicado mediante afixação
no mural da Prefeitura, no
período de *16/01/26* ---
a *31/01/26* ---

Cassiana M. Dalmas
Matrícula nº 1817
